



PPGDDA

Programa de Pós-Graduação em Direito e
Desenvolvimento na Amazônia - UFPA

GUIA DE ORIENTAÇÕES SOBRE TRABALHOS ACADÊMICOS DO MESTRADO PROFISSIONAL EM DIREITO E DESENVOLVIMENTO NA AMAZÔNIA

BELÉM - PA
2021



**Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
(Câmara Brasileira do Livro, SP, Brasil)**

Guia de orientações sobre trabalhos acadêmicos do
mestrado profissional em direito e
desenvolvimento na Amazônia [livro eletrônico] /
Luly Rodrigues Da Cunha Fischer ... [et al.]. --
Belém, PA : Programa de Pós-Graduação em Direito
e Desenvolvimento na Amazônia (PPGDDA), 2021.
PDF

Outros autores: Luanna Tomaz de Souza, Eliana
Maria de Souza Franco Teixeira, Andreza do Socorro
Pantoja de Oliveira Smith

Bibliografia
ISBN 978-65-00-33030-4

1. Amazônia 2. Amazônia - Desenvolvimento
3. Mestrado - Brasil 4. Trabalhos acadêmicos -
Metodologia I. Fischer, Luly Rodrigues Da Cunha.
II. Souza, Luanna Tomaz de. III. Teixeira, Eliana
Maria de Souza Franco. IV. Smith, Andreza do
Socorro Pantoja de Oliveira

21-86494

CDD-808.066

Índices para catálogo sistemático:

1. Trabalhos acadêmicos : Metodologia : Guias
808.066

Maria Alice Ferreira - Bibliotecária - CRB-8/7964



COMISSÃO ELABORADORA

ANDREZA DO SOCORRO PANTOJA DE OLIVEIRA SMITH

ELIANA MARIA DE SOUZA FRANCO TEIXEIRA

LUANNA TOMAZ DE SOUZA

LULY RODRIGUES DA CUNHA FISCHER

APRESENTAÇÃO

O presente "GUIA DE ORIENTAÇÕES SOBRE TRABALHOS ACADÊMICOS DO MESTRADO PROFISSIONAL EM DIREITO E DESENVOLVIMENTO NA AMAZÔNIA" tem como objetivo apresentar a discentes e docentes do Programa de Pós-Graduação em Direito e Desenvolvimento na Amazônia (PPGDDA/UFPA) algumas diretrizes para elaboração dos trabalhos finais que serão apresentados ao Mestrado.

De modo algum busca-se esgotar as diretrizes metodológicas para elaboração dos trabalhos acadêmicos, mas, tão somente, oferecer informações basilares e iniciais que sirvam para construção dos mesmos.

Bom proveito.

Comissão elaboradora.

SUMÁRIO

1. O QUE É MESTRADO PROFISSIONAL?	6
2. RELAÇÃO ENTRE INTERVENÇÃO E PESQUISA NO PPGDDA	7
3. TRABALHOS ACADÊMICOS	8
3.1 RESUMO	8
3.2 RESENHA	9
3.3 ARTIGO	9
4. ELABORAÇÃO DO PROJETO E QUALIFICAÇÃO NO PPGDDA	11
4.1. Estrutura do projeto	11
4.2. Defesa do projeto de qualificação	12
5. PRODUTO FINAL	14
5.1. Tipos de produto	14
5.2. Estrutura do produto final	15
5.2.1 Estrutura da Dissertação	16
5.2.2 Estrutura do Estudo de Caso	17
5.2.3 Estrutura do Projeto Regulatório	18
5.2.4 Estrutura dos Processos e técnicas	19
5.3. Defesa e julgamento do trabalho	20
REFERÊNCIAS	22

1. O QUE É MESTRADO PROFISSIONAL?

De acordo com a Portaria n. 60/2019, a qual dispõe sobre o mestrado e doutorado profissionais, no âmbito da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - CAPES, ¹ o mestrado profissional objetiva:

- I - capacitar profissionais qualificados para práticas avançadas, inovadoras e transformadoras dos processos de trabalho, visando atender às demandas sociais, econômicas e organizacionais dos diversos setores da economia;
- II - transferir conhecimento para a sociedade de forma a atender às demandas sociais e econômicas, com vistas ao desenvolvimento nacional, regional e local;
- III - contribuir para agregação de conhecimentos de forma a impulsionar o aumento da produtividade em empresas, organizações públicas e privadas;
- IV - atentar aos processos e procedimentos de inovação, seja em atividades industriais geradoras de produtos, quanto na organização de serviços públicos ou privados; (art. 2º)

Assim, um mestrado profissional volta-se à produção de pesquisas, com rigor e método científico, a fim de qualificar profissionais para a atuação no setor público e/ou privado, bem como objetiva produzir e transferir para a sociedade soluções às demandas de seu interesse.

Para atender a esses fins, o trabalho de conclusão de curso no mestrado profissional, na forma do art.11 da Resolução 60/2019 da CAPES, deve ser alinhado à área de concentração e linhas de pesquisa do Programa de Pós-Graduação de natureza profissional.

O Programa de Pós-Graduação em Direito e Desenvolvimento na Amazônia (PPGDDA), tem como área de concentração o **Direito ao desenvolvimento, negócios públicos-privados e políticas públicas**, com enfoque na análise de práticas público-privadas, sendo duas as linhas de pesquisa: **a) Desenvolvimento e Políticas Públicas; e b) Regulação e negócios públicos-privados na Amazônia.**

¹ Disponível em: https://www.in.gov.br/web/guest/materia/-/asset_publisher/Kujrw0TZC2Mb/content/id/68157853/do1-2019-03-22-portaria-n-60-de-20-de-marco-de-2019-68157790

2. RELAÇÃO ENTRE INTERVENÇÃO E PESQUISA NO PPGDDA

No Mestrado Profissional deve-se buscar conciliar a pesquisa e a intervenção na produção acadêmica. De acordo com a Resolução do PPGDDA n°. 01 de 07 de abril de 2021:

Art. 2º. A pesquisa deverá ser de natureza obrigatoriamente interventiva e ter como tema/foco/objeto de investigação um problema na Área Direito relacionado ao desenvolvimento sustentável, negócios público-privados e políticas públicas na Amazônia.

§ 1º Respeitada a Portaria Normativa No. 17 e a Portaria No. 60 da CAPES, o Produto Final poderá ter diferentes formatos e ser constituído de uma parte teórica e uma prática.

§ 2º Todo produto deve conter partes pré-textuais, textuais e pós-textuais estabelecidas na normatização técnica, sendo uma parte textual especificamente destinada à exposição da articulação entre teoria e realidade prática, relacionada aos problemas de investigação enfrentados.

Desta feita, no PPGDDA as pesquisas deverão priorizar a obtenção de resultados inovadores e imediatamente aplicáveis no meio profissional acerca das práticas de processamento jurídico das políticas públicas; análise e construção de projetos de desenvolvimento pensados e executados na região amazônica e suas consequências à sociedade e ao meio ambiente; bem como a respeito das relações público-privadas; os instrumentos de controle e governança pública; modelos de tributação e técnicas de arrecadação, abrangendo temas e questões relativas à justiça fiscal, transparência fiscal, conflitos federativos, incentivos fiscais e disciplina internacional de tributação, tudo visando o desenvolvimento sustentável da Amazônia.

Apenas assim entendemos ser possível alcançar o objetivo de desenvolver no corpo discente a capacidade de realizar argumentação jurídica baseada em evidências, mediante reconhecimento da arquitetura jurídica que impõe, diante da complexidade dos fenômenos jurídico-sociais, desenhos de soluções jurídicas não baseadas somente no método dedutivo, o que constitui um grande ganho para todas as instituições parceiras do PPGDDA, bem como para a sociedade em geral.

3. TRABALHOS ACADÊMICOS

3.1 RESUMO

A NBR 6028/2003 postula que o resumo é classificado em três tipos: **indicativo, informativo e crítico.**

O **resumo indicativo** apresenta os principais pontos do texto-base, excluídos dados de natureza qualitativa e quantitativa do documento original. Para a compreensão do conteúdo do texto é indispensável a consulta ao texto original.

FORMATAÇÃO

Folha A4. Entre 50 e 100 palavras. Fonte: Times New Roman ou Arial – corpo 10 ou 12 – preto. Espaçamento simples entre linhas. Justificado.

O **resumo informativo** objetiva informar o leitor dos principais pontos destacados no texto, proporcionando a ele a possibilidade de ter uma ideia geral do que se trata. Quanto ao conteúdo a ser informado deve constar: a) o assunto que foi pesquisado; b) a indicação do referencial teórico utilizado; c) o método empregado (como foi elaborado o trabalho/pesquisa); d) o resultado da pesquisa. Essa modalidade dispensa a consulta ao texto original para a compreensão de seu conteúdo. Essa modalidade é indicada para artigos científicos e artigos acadêmicos de forma geral.

FORMATAÇÃO

Folha A4. Entre 100 e 500 palavras. Fonte: Times New Roman ou Arial – corpo 10 – preto. Espaçamento simples entre linhas. Justificado.
--

Extensão do resumo conforme ABNT NBR 6028:

- de 150 a 500 palavras os de trabalhos acadêmicos (teses, dissertações e outros) e relatórios técnico-científicos;
- de 100 a 250 palavras os de artigos de periódicos

O **resumo crítico**, também denominado resenha crítica, resenha e recensão, corresponde à interpretação das ideias do texto original pelo leitor. Os juízos de valor do leitor são permitidos. Esse tipo de resumo terá sempre duas partes: i) apresentação das credenciais do autor, bem como a síntese da obra, que consiste numa visão geral do objeto avaliado; ii) crítica elaborada sobre o conteúdo da obra analisada, com argumentos embasados e impessoalidade. A crítica é elaborada considerando os seguintes elementos: a) qualidade do texto elaborado; b) aspectos metodológicos; c) estruturação do texto; d) conteúdo; e) sequência lógica dos argumentos.

FORMATAÇÃO

Folha A4. Sem limites de palavras. Fonte: Times New Roman ou Arial – corpo 12 – preto. Espaçamento 1,5 entre linhas. Justificado.

3.2 RESENHA

Resenha é um termo sinônimo de resumo crítico. Para maiores detalhes ver o subitem acima (parte final).

3.3 ARTIGO

Segundo Marconi e Lakatos (2007, p. 261) “artigo científico são pequenos estudos, porém completos, que tratam de uma questão verdadeiramente científica, mas que ainda não estão consolidados o suficiente para compor um livro”.

O artigo científico pode ser: a) Original - relato de experiências de pesquisa, estudo de caso, comunicação ou notas prévias. b) Revisão - analisa e discute trabalhos já publicados, revisões bibliográficas, etc.

A estrutura do artigo científico deverá ser composta de elementos pré-textuais, textuais e pós-textuais.

PRÉ-TEXTUAIS
<ul style="list-style-type: none"> • Capa – Com título do trabalho, nome do autor, • Resumo – Precisa ser na língua do texto e ter no máximo 250 palavras; • Palavras-chave – Também na língua do texto e separadas por ponto-vírgula;
TEXTUAIS
<ul style="list-style-type: none"> • Introdução – Deverá apresentar o contexto do artigo, a proposta que traz, o problema e qual abordagem usada para resolver; • Desenvolvimento – Aqui o conteúdo deverá ser todo descrito detalhadamente. Ainda é preciso ser dividido em seções e subseções que facilitem o entendimento; • Conclusão – Apresentar as conclusões quanto a pesquisa, podem ser mostradas limitações e outras possibilidades de pesquisas para solução do problema;
PÓS-TEXTUAIS
<ul style="list-style-type: none"> • Pós texto – Título, subtítulo, resumo e palavras-chave em língua estrangeira; • Notas explicativas – Numerada de maneira consecutiva e reiniciada a cada página, possuem esse espaço para serem explicadas; • Referências – Todas as referências de pesquisa utilizadas para a construção do artigo científico.

FORMATAÇÃO
Folha A4. Limite de páginas não definido. Fonte: Times New Roman ou Arial – corpo 12 – preto. Espaçamento 1,5 entre linhas. Justificado. Margens 3 cm (esquerda e superior); 2 cm (direita e inferior).

4. ELABORAÇÃO DO PROJETO E QUALIFICAÇÃO NO PPGDDA

4.1. Estrutura do projeto

Para ingresso e para qualificação no Programa, o/a discente deve elaborar um projeto de pesquisa. Nos termos da Resolução n. 01 de 07 de abril de 2021:

Art. 5. Todos os projetos de pesquisa relacionados ao Programa submetidos à banca de qualificação deverão ter, ao menos:

I- Título;

II- Delimitação e referenciais teóricos;

III- Problematização;

IV- Justificativa;

V- Objetivos;

VI- Análise de articulação com a prática profissional;

VII- Proposta de metodologia;

VIII- Cronograma;

IX- Bibliografia preliminar.

Quanto aos itens do projeto, temos:

a) **Título:** apresentação sucinta do tema de pesquisa

b) **Delimitação e referenciais teóricos:** apresentação do marco teórico, com conceitos que serão articulados e principais autores/as com quem vai dialogar. Deve ser apresentado também o desenvolvimento parcial do trabalho, na forma do art. 4º, §1º, da Resolução do PPGDDA nº. 01 de 07 de abril de 2021.

c) **Problematização:** apresentação do problema de pesquisa, com formulação da pergunta.

d) **Justificativa:** apresentação da relevância teórica e social do tema, bem como do envolvimento pessoal do/a pesquisador/a.

e) **Objetivos:** apresentação do objetivo geral da pesquisa e dos objetivos específicos.

f) **Análise de articulação com a prática profissional:** apresentação da correlação da pesquisa com a prática profissional e a proposta de produto de intervenção.

g) **Proposta de metodologia:** apresentação dos métodos e técnicas de pesquisa e intervenção que pretende operacionalizar.

h) **Cronograma:** apresentação das etapas de pesquisa e a correspondente previsão de realização. Detalhamento do plano da obra, com informações sobre o que pretende desenvolver em cada seção.

i) **Bibliografia preliminar:** Identificação dos textos lidos.

O projeto deve ser claro e conciso de forma a esclarecer a banca sobre as potencialidades da pesquisa desenvolvida. Deve ter uma revisão ortográfica e gramatical e seguir as normas da ABNT (Associação Brasileira de Normas Técnicas). É possível utilizar o Guia de Elaboração de Trabalhos Acadêmicos produzido pela Biblioteca da UFPA e disponível no link: <http://bc.ufpa.br/guia-de-trabalhos-academicos/index.html>.

4.2. Defesa do projeto de qualificação

Concluídos os créditos em disciplinas, o/a discente submeter-se-á ao exame de qualificação, que consistirá no julgamento do projeto de pesquisa. A defesa do projeto de qualificação deve obedecer a Resolução nº. 01 de 07 de abril de 2021 e o Regimento do PPGDDA. Nos termos do art. 4. Resolução do PPGDDA nº. 01 de 07 de abril de 2021:

Art. 4º. Concluídos os créditos em disciplinas, o/a discente submeter-se-á ao exame de qualificação, que consistirá no julgamento do projeto de seu produto final.

§ 1º O Exame de Qualificação terá como objetivo verificar o andamento da pesquisa que comporá o produto final e avaliar a maturidade acadêmico-científica atingida pelo estudante em relação ao objeto investigado, bem como as condições de exequibilidade das tarefas por fazer antes da defesa pública.

§ 2º A banca examinadora do projeto de pesquisa será composta pelo/a orientador/a do/a candidato/a, que a presidirá, e mais dois (2)

docentes designados pelo Colegiado, sendo pelo menos um examinador interno.

§ 3º Uma vez aprovado, o/a discente tomará o projeto como base de seu futuro trabalho de conclusão do curso, somente podendo alterar sua temática com o prévio acordo do orientador e a autorização do Colegiado.

Sobre o depósito do projeto de pesquisa, este deverá ser feito eletronicamente no prazo máximo de quatro meses após o final do semestre letivo em que ocorrer a integralização curricular do Mestrado, desde que não ultrapasse o décimo sexto mês a contar da primeira matrícula.

A aprovação no exame de qualificação dar-se-á quando o/a discente for considerado/a "apto/a" pela unanimidade da banca examinadora, justificada em parecer escrito. Na hipótese da banca examinadora considerar o/a discente "não apto/a", o parecer escrito será entregue ao/à mesmo/a para, no prazo máximo de sessenta (60) dias, apresentar novo projeto a fim de que se realize um segundo e último exame de qualificação, perante a mesma banca. Caso se mantenha o conceito de "não apto/a", o/a discente será desligado do Programa.

Na ata da qualificação devem ser registradas as observações da banca. A ata também deverá indicar se as sugestões ao projeto são vinculantes ou facultativas.

5. PRODUTO FINAL

Ao final do curso de Mestrado, o/a discente deve apresentar um produto final e submetê-lo a uma banca para fins de obtenção do diploma de Mestre/a. De acordo com o Regimento do Programa de Pós-Graduação em Direito e Desenvolvimento na Amazônia (PPGDDA), são quatro os tipos de produto final de pesquisa:

Art. 47 § 3º O produto final da pesquisa do estudante no Programa pode ter a forma de:

I- Dissertação;

II- Estudo de Caso;

III- Projeto Regulatório; ou

IV- Desenvolvimento de processos e técnicas.

Cada um dos referidos produtos deve contemplar aspectos de pesquisa e de intervenção. Dentre os quatro tipos de produto final, dois deles têm prevalência da pesquisa (Dissertação e Estudo de Caso) e outros dois têm prevalência da intervenção (Projeto Regulatório e os Processos e Técnicas), todavia, em todos os casos deve haver tanto um viés de pesquisa e quanto de extensão.

A Resolução do PPGDDA nº. 01 de 07 de abril de 2021 determina, por exemplo, que todos apresentem: proposta de intervenção e fundamentação teórica, o que marca essa natureza mista, típica de um mestrado profissional.

5.1. Tipos de produto

De acordo com o Regimento e com a Resolução do PPGDDA nº. 01 de 07 de abril de 2021, são quatro os tipos de produto final:

a. **Dissertação:** é um trabalho acadêmico de pesquisa cuja finalidade é contribuir com reflexões ou análises sobre um tema específico. A dissertação apresenta o relatório final de uma pesquisa realizada em um curso de pós-graduação para a obtenção do título de mestre. Para Salvador (1978), a contribuição que se espera da dissertação é a sistematização dos conhecimentos, diferentemente da tese, produto de um doutoramento, em que se exige maior originalidade e inovação. Em que pese seja um trabalho com foco prioritário de pesquisa, a dissertação no mestrado profissional deve

também gerar uma intervenção, que pode ser produzida por meio da comunicação pública do resultado de pesquisa por meio de cursos, palestras ou materiais didáticos com apresentação do relatório da intervenção realizada antes da defesa. O trabalho final será composto da dissertação e do relatório de intervenção.

b. **Estudo de Caso:** é um trabalho acadêmico de pesquisa cuja finalidade é contribuir com reflexões ou análises acerca de um caso único ou de múltiplos casos representativos que, de acordo com Yin (2015), focam em contextos da vida real e acontecimentos contemporâneos. O Estudo de caso permite aprofundar o conhecimento sobre um determinado fenômeno e, assim, oferecer subsídios para novas investigações sobre a mesma temática. O trabalho final deve ser composto de um relatório diagnóstico ou diagnóstico propositivo e um artigo acadêmico com os resultados da pesquisa realizada submetido a uma revista qualificada.

c. **Projeto Regulatório:** é um trabalho acadêmico de intervenção cuja finalidade é contribuir com propostas de projetos voltados para a regulamentação de práticas e realidades voltadas à resolução de um problema por meio de ato normativo. Nesse tipo de produto, o/a mestrando/a pode produzir projeto de lei, políticas, protocolos e normativas em geral, conforme a técnica legislativa e a legislação vigente como a Lei Complementar 95/98 e o Manual do Senado Federal. O trabalho conterá três partes: a minuta de regulamentação, a justificativa normativa e a nota técnica ou estudo com a fundamentação teórica do projeto.

d. **Processos e técnicas:** são trabalhos acadêmicos de intervenção cuja finalidade é contribuir com propostas de processos e técnicas voltadas à resolução de um problema prático-jurídico. Nesse tipo de produto final, pode-se apresentar uma proposta de ação civil pública, ação popular, amicus curiae, convênio, termos de ajuste de conduta. Deve, contudo, apresentar também uma dimensão de pesquisa com um artigo acadêmico submetido à revista qualificada representativo do trabalho teórico utilizado para elaboração da peça.

5.2. Estrutura do produto final

Em se tratando de trabalhos acadêmicos de pós-graduação, estes devem obedecer aos requisitos exigidos pela Pró-Reitoria de Pesquisa e pelo Programa de Pós-Graduação em Direito e Desenvolvimento da Amazônia da Universidade Federal do Pará.

O trabalho também deve seguir a norma culta, as normas da ABNT (Associação Brasileira de Normas Técnicas) e o Guia de Elaboração de Trabalhos Acadêmicos da Biblioteca Central, no que couber.

5.2.1 Estrutura da Dissertação

Nos termos do art. 7. Resolução do PPGDDA nº. 01 de 07 de abril de 2021, os produtos devem, pelo menos, ter a seguinte estrutura a dissertação deve ter, pelo menos, a seguinte estrutura:

- a) **Elementos pré-textuais:** Dentre estes alguns são obrigatórios como: capa, folha de rosto e folha de aprovação e outros são opcionais como agradecimento, dedicatória e epígrafe;
- b) **Resumo:** em português e em inglês ou em outra língua estrangeira, juntamente com as palavras-chaves;
- c) **Sumário;**
- d) **Introdução contendo a problematização e a justificativa:** na introdução do trabalho o/a discente deve apresentar o contexto de elaboração do problema bem como a pergunta que norteou o trabalho, seus objetivos e a justificativa sobre a relevância da pesquisa;
- e) **Fundamentação teórica:** nessa seção deve ser apresentada a fundamentação teórica do trabalho, como o marco teórico e os principais conceitos e argumentos municiados;
- f) **Articulação entre teoria e realidade prática:** nessa seção deve-se apresentar a articulação entre a fundamentação teórica e a realidade prática, evidenciando-se os objetivos da pesquisa e com os do PPGDDA;
- g) **Metodologia e proposta de intervenção:** nessa seção o trabalho deve apresentar sua proposta de intervenção bem como os caminhos metodológicos escolhidos para a intervenção e para a pesquisa desenvolvida;

h) **Descrição das etapas e resultados:** nessa seção o trabalho deve apresentar a descrição das etapas da pesquisa e da intervenção e os principais resultados obtidos.

Deve ser apresentado o relatório da intervenção;

i) **Considerações finais;**

j) **Referências;**

l) **Elementos pós-textuais:** tais como apêndice e anexo. Deve compor o trabalho elementos que comprovem a intervenção, tais como fotos, cartazes e o plano de curso.

5.2.2 Estrutura do Estudo de Caso

Para Queiroz e Feferbaum (2020, p.58), “o estudo de caso pressupõe a avaliação crítica de uma solução já adotada, com sugestões de aprimoramento (proposições contrafáticas) ou de alargamento do campo de aplicação (proposições abrangentes).” O “estudo de caso” pode considerar a pesquisa qualitativa e um ou mais casos, sendo que é uma pesquisa de um acontecimento finalizado, retrospectivo. A estrutura do “estudo de caso” considera os elementos pré-textuais:

a) **Elementos pré-textuais:** Dentre estes alguns são obrigatórios como: capa, folha de rosto e folha de aprovação e outros são opcionais como agradecimento, dedicatória e epígrafe;

b) **Sumário;**

c) **Apresentação geral do trabalho:** com justificativa, problema, objetivo, metodologia, indicação das referências teóricas e da divisão da pesquisa;

d) **Relatório diagnóstico ou diagnóstico propositivo com:**

d.1. Apreensão da realidade e contextualização fática;

d.2. Reflexão e análise jurídica;

d.3. Avaliação crítica de dados e documentos; e

d.4. Considerações finais e recomendações de conduta ou ação prática.

d. 5. Elementos pós-textuais: referências, anexos e apêndices.

e) **Artigo científico:** inédito de sua autoria exclusiva ou em coautoria com o/a orientador/a, submetido à revista qualificada contendo: resumo (em português e em inglês - contendo a problematização, objetivo, justificativa, método e resultados);

palavras-chaves; introdução (contendo a problematização, objetivo, justificativa, metodologia); desenvolvimento (fundamentação teórica; articulação entre teoria e realidade prática; metodologia e proposta de intervenção; Descrição das etapas e resultados); Considerações finais e Referências.

f) **Comprovante de submissão** do artigo científico a uma revista qualificada pela CAPES nos estratos A1 a B2;

5.2.3 Estrutura do Projeto Regulatório

Nos termos do art. 7. Resolução do PPGDDA nº. 01 de 07 de abril de 2021, o projeto regulatório deve conter a seguinte estrutura:

a) **Elementos pré-textuais:** Dentre estes alguns são obrigatórios como: capa, folha de rosto e folha de aprovação e outros são opcionais como agradecimento, dedicatória e epígrafe;

b) **Sumário;**

c) **Apresentação geral do trabalho:** Com justificativa da pesquisa, problema, objetivo, metodologia, indicação das referências teóricas e da divisão da pesquisa;

d) **Minuta da regulamentação:** Como regra geral, na elaboração de minutas de proposições legislativas, além da Lei Complementar nº 95, de 1998, com as alterações promovidas pela Lei Complementar nº 107, de 2001, recomenda-se utilizar a técnica adotada no texto da Constituição Federal. São os seguintes os elementos constitutivos das minutas de proposições legislativas: i) parte preliminar, compreendendo a epígrafe, a ementa, o preâmbulo, o enunciado e a indicação do âmbito de aplicação de suas disposições; ii) parte normativa, compreendendo o texto da norma. É a matéria de que trata a proposição; iii) parte final, compreendendo as disposições necessárias à implementação da norma, as disposições de caráter transitório, a cláusula de vigência e a cláusula revogatória.

d) **Justificativa da proposição de Lei:** É a parte final, em que são apresentadas as razões e os argumentos que justificam e explicam a matéria proposta. É uma redação, no formato de uma dissertação-argumentativa. A solução proposta pelo projeto deve estar diretamente relacionada aos problemas descritos. Apresente argumentos consistentes e fundamentados.

e) **Nota técnica, estudo ou pesquisa:** fundamentos teóricos da proposta de regulamentação.

ESTUDO
Trata-se de trabalho elaborado destinado ao esclarecimento ou ao aprofundamento de assunto pertinente à atividade legislativa. Sustentados por dados secundários (estatísticos, informações técnico-científicas, levantamentos bibliográficos, séries históricas, tramitação legislativa, entre outras fontes de referência), os estudos podem ser dissertativos, opinativos, conclusivos, indicativos e tudo o mais que comporte análise e reflexão. Esses trabalhos devem basear-se nos princípios gerais da metodologia de elaboração de trabalhos dessa natureza, com amparo fiel na fonte que lhes serviu de referência.
NOTA TÉCNICA
Trabalho autoral e inédito do discente expondo sua opinião técnica e fundamentada acerca da forma ou do conteúdo (mérito) do trabalho demandado. Dessa modalidade de trabalho devem constar: epígrafe; ementa, que deve conter o nome do solicitante e fazer referência à solicitação que a originou; contexto; local e data; nome e cargo do autor. Esses trabalhos devem basear-se nos princípios gerais da metodologia de elaboração e trabalho acadêmicos para citações e referências
PESQUISA
O trabalho de pesquisa tem por objetivo o atendimento a uma demanda (elaboração de estudo, proposição, parecer ou pronunciamento), tendo como suporte, na medida do possível, a fonte primária de informação. Esses trabalhos devem basear-se nos princípios gerais da metodologia de elaboração de trabalhos dessa natureza, com amparo fiel na fonte que lhes serviu de referência.

Considerando que nesse tipo de produto, o/a mestrando/a pode produzir projeto de lei, políticas, protocolos e normativas em geral, devem ser observadas a técnica legislativa² e a legislação vigente, como a Lei Complementar 95/98 e o Manual do Senado Federal.

5.2.4 Estrutura dos Processos e técnicas

² Disponível:
<https://www12.senado.leg.br/institucional/estrutura/SF/OAS/CONLEG/arquivos/manuais/tecnica-legislativa>

A fim de melhor compreensão sobre a apresentação final dos trabalhos com natureza de “processos e técnicas”, bem como mediante a necessidade de atendimento do Art. 7. da Resolução do PPGDDA nº. 01 de 07 de abril de 2021, propõe-se a adoção dos seguintes elementos:

- a) **Elementos pré-textuais:** Dentre estes alguns são obrigatórios como: capa, folha de rosto e folha de aprovação e outros são opcionais como agradecimento, dedicatória e epígrafe;
- b) **Sumário;**
- c) **Apresentação geral do trabalho:** com justificativa, problema, objetivo, metodologia, indicação das referências teóricas e da divisão da pesquisa;
- d) **Artigo acadêmico:** inédito de sua autoria exclusiva ou em co-autoria com o/a orientador/a, submetido à revista qualificada contendo: resumo (em português e em inglês - contendo a problematização, objetivo, justificativa, método e resultados); palavras-chaves; introdução (contendo a problematização, objetivo, justificativa, metodologia); desenvolvimento (fundamentação teórica; articulação entre teoria e realidade prática; metodologia e proposta de intervenção; Descrição das etapas e resultados); Considerações finais e Referências.
- e) **Comprovante de submissão** do artigo científico a uma revista qualificada pela CAPES nos estratos A1 a B2;
- f) **Proposta de processo e técnica:** minuta original de petição inicial de ação civil pública, ação popular, amicus curiae, convênio, termos de ajuste de conduta, entre outros, cuja fundamentação esteja articulada com o artigo acadêmico.

5.3. Defesa e julgamento do trabalho

Quanto aos prazos para defesa do produto final, o Regimento afirma que o prazo máximo é de vinte e quatro meses a contar da primeira matrícula do/a discente no Programa. A defesa ocorrerá em até noventa dias após o depósito, sendo marcada com pelo menos dez dias de antecedência, devendo ser entregue um exemplar impresso e fazer o depósito eletrônico, com formato e encadernação de acordo com as instruções expedidas pela Coordenação do Programa.

No que concerne ao julgamento, o trabalho será julgado por banca examinadora de três membros, composta pelo/a orientador/a, que a presidirá, e dois docentes designados pelo Colegiado e um suplente, sendo pelo menos um examinador interno. Os membros da banca examinadora, inclusive o/a suplente, deverão possuir o grau de Mestre e/ou Doutor. O julgamento do trabalho será feito em sessão pública com apresentação no prazo máximo de quinze minutos. Em seguida, cada examinador/a deverá arguir o/a candidato/a durante trinta minutos, cabendo ao/à candidato/a igual prazo para resposta.

O trabalho será considerado aprovado com a manifestação favorável e unânime da banca examinadora. Em caso de reprovação, poderá ser concedida, por recomendação da banca examinadora, uma segunda oportunidade ao/à candidato/a que, no prazo máximo de seis meses, a contar da data de defesa, deverá submeter ao Colegiado uma nova versão do trabalho para julgamento. Caso não haja depósito o/a discente será automaticamente desligado/a do Programa.

Havendo unanimidade, e diante da excepcional produção intelectual e científica revelada no trabalho e pelo desempenho na defesa, a banca examinadora poderá atribuir ao/à candidato/a a menção “Com Distinção”. Após a aprovação, o/a discente terá o prazo de trinta dias para depositar um exemplar e uma cópia em meio digital do trabalho.

REFERÊNCIAS

MARCONI, M. de A.; LAKATOS, E. M. **Fundamentos de metodologia científica**. 6.ed. São Paulo: Atlas, 2007. p. 261-265.

QUEIROZ, Rafael Mafei; FEFERBAUM, Marina. (org.). 2ª Ed. **Metodologia da Pesquisa em Direito: técnicas e abordagens para elaboração de monografias, dissertações e tese**. São Paulo: Saraiva, 2019.

SALVADOR, Angelo Domingos. **Métodos e técnicas de pesquisa bibliográfica**. Porto Alegre: Sulina, 1978.

YIN, Robert K. **Estudo de Caso - Planejamento e Métodos**. 5ª Ed. Bookman: Porto Alegre, 2015.